

# Ação coletiva e produção de sujeitos na construção de arenas públicas da luta pela moradia

Collective action and production of subjects in the construction of public arenas of the struggle for housing

**Daniela Ramos Petti**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

Este artigo aborda um processo de construção de arenas públicas da luta por moradia no Rio de Janeiro a partir das escalas do sujeito e do coletivo. Analiso os entrelaçamentos de uma trajetória de vida individual, a de Di, moradora de uma favela carioca, com a história de um coletivo de luta pela moradia, o Conselho Popular. Descrevo ocasiões de encontro entre militantes, formas de mobilização como reuniões e atos públicos e documentos – manifestos e atas de reuniões – com o objetivo de debater o processo de dessingularização de problemas locais e da indignação pessoal em direção a causas mais amplas de luta por direitos. Busco chamar atenção para a maneira como os atores sociais em situação de ameaça de remoção acionam competências críticas na formulação da categoria de “injustiça” ao construir arenas públicas da luta pelo direito à moradia.

**Palavras-chave:** Direito à moradia, Sujeito, Coletivo, Injustiça, Arenas públicas.

---

Recebido em 07 de março de 2021.  
Avaliador A: 27 de março de 2021.  
Avaliador B: 21 de abril de 2021.  
Aceito em 17 de maio de 2021.

---



## ABSTRACT

This article addresses the process of construction of public arenas of the struggle for housing in Rio de Janeiro from the perspectives of the subject and the collective. I analyze the intertwining between an individual life trajectory, that of Di, a resident of a Rio de Janeiro *favela*, and the history of a collective in the struggle for housing, called *Conselho Popular*. I describe occasions of meetings between militants, forms of mobilization, such as reunions and public acts, as well as documents – manifestos and minutes of meetings –, in order to demonstrate the process of desingularization of local problems and personal indignation towards broader causes of struggle for rights. I highlight how the social actors threatened by evictions activate critical competences in the formulation of the category of “injustice” while creating public arenas of the struggle for the right to housing.

**Keywords:** Right to housing, Subject, Collective, Injustice, Public arenas.

## INTRODUÇÃO

Di chegou à comunidade Rádio Sonda, na Ilha do Governador (Rio de Janeiro),<sup>1</sup> com seu marido à época e sua primeira filha no ano de 1994, por intermédio da doação de parte de um terreno ocupado por uma amiga da família. O terreno doado surgiu como uma solução para o problema da falta de moradia enfrentado por sua família. As terras da Rádio Sonda foram concedidas à Aeronáutica pela União, conforme afirmam moradores e oficiais das Forças Armadas<sup>2</sup>. Desde que se instalou na comunidade, circulavam “boatos de que a Aeronáutica queria tirar todo mundo pra usar o terreno”, como me disse Di. Foi apenas em 2014, no entanto, que “o fantasma da remoção foi se tornando cada vez mais real”, ano em que a Aeronáutica intensificou seus esforços e investidas no território e na Justiça para retirar as famílias do local. Indignados e com medo de perderem suas casas, os moradores decidiram criar uma associação

---

1 A Rádio Sonda está localizada na área do Galeão e é atualmente composta por 103 famílias, após a demolição de sete casas, em decorrência do processo de remoção.

2 É comum escutar nas falas dos moradores e defensores públicos que o documento de concessão da terra que prova sua posse pela Aeronáutica não pode ser encontrado em nenhum órgão público. Após consulta à Superintendência de Patrimônio da União (SPU), passou a fazer parte do discurso político dos moradores a informação de que a “Aeronáutica não tem como provar que a terra é dela”.

de moradores com o fim de organizar a comunidade para lutar contra essa ameaça. Di tornou-se uma das tesoureiras da associação, apesar de hesitante, já que, segundo relata, “não sabia de nada, não entendia nada, estava caindo de paraquedas, porque nunca tinha participado de uma associação antes, era uma dona de casa”.

Em 2015, Di começou a participar das reuniões do Conselho Popular, grupo que reúne diversas comunidades ameaçadas de remoção, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH/DP-RJ), a Pastoral de Favelas da Igreja Católica e outros apoiadores. O conselho trava a luta contra as remoções de favelas e pelo direito à moradia no Rio de Janeiro. O coletivo nasceu em 2006, em meio às ameaças de remoção decorrentes da realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio. Foi desativado em 2011 e voltou a atuar no ano de 2015, dessa vez em um formato completamente distinto do que vigorava anteriormente<sup>3</sup>. Sua reativação se deveu à intensificação dos processos de remoção durante a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, por iniciativa de moradores, defensores públicos e outros militantes. Enquanto pesquisadora, comecei a participar das reuniões do conselho em 2016. Com o passar do tempo, me tornei militante do grupo. Ao longo dos últimos anos, pude acompanhar seu processo de construção política nas arenas públicas da luta por moradia, um processo que se intensificou no ano de 2017, num contexto marcado pela realização de diversas manifestações e por tentativas de diálogo com a prefeitura. Foi no conselho que tive a oportunidade de conhecer Di.

Neste texto, pretendo descrever os entrelaçamentos entre uma trajetória de vida individual, a de Di, moradora da comunidade Rádio Sonda, e a história de um coletivo de luta pela moradia, o Conselho Popular. Di, por um lado, impulsionada pela indignação suscitada pela ameaça de remoção da favela onde mora, passou da atuação local na associação de moradores da Rádio Sonda à participação no Conselho Popular e em suas instâncias de construção de um espaço político nas arenas públicas. Por outro lado, o Conselho Popular, enquanto coletivo, de um agregado de demandas territoriais conectadas apenas pela indignação gerada pela situação de ameaça de remoção, transformou-se num agente ativo nas arenas públicas, fazendo emergir uma voz unificada, metamorfoseando a luta contra as remoções de favelas em uma luta mais ampla por justiça e direitos. O objetivo é chamar atenção para a relação dialética entre as dimensões do sujeito e do coletivo em um processo de construção de arenas públicas, que envolve emoções e moralidades, elementos centrais para o movimento de transformação da indignação em uma causa política.

---

<sup>3</sup> Para informações sobre o funcionamento anterior à desativação do Conselho Popular, ver Costa (2018).

Para isso, algumas perguntas a respeito dos trânsitos entre as transformações ético-políticas que se dão nos níveis do sujeito e do coletivo se colocam. Como o *self* se constrói a partir da relação entre as motivações internas e as ações do grupo? Como os projetos ético-morais dos sujeitos se forjam no desenrolar da experiência coletiva? Como um sujeito, por meio de um processo de politização, dessingulariza sua voz em direção a um discurso unificado representativo de um grupo? Esses questionamentos implicam o acompanhamento das mutações por que passam as mobilizações coletivas. Para compreender como atores individuais e coletivos experienciam essas transformações, me aproprio do paradigma pragmatista das arenas públicas (CEFAÏ, 2002), que entende, a partir das perspectivas dos atores sociais, as mobilizações coletivas como “processos de codefinição e codomínio de situações problemáticas” (CEFAÏ, 2009, p.16). À medida que as situações problemáticas se tornam problemas públicos, os atores sociais vivenciam um processo de redefinição do horizonte de possibilidades. Busco compreender a relação dialética entre processos de reflexão e dessingularização que ocorrem nas escalas do indivíduo e do coletivo, em meio à construção de arenas públicas com demandas e reivindicações por justiça e direitos cuja condição de possibilidade consiste nos chamados choques morais e afetivos (CEFAÏ *et al*, 2011; JASPER, 1997) vividos por atores sociais, uma vez colocados sob ameaça de remoção.

Algumas pesquisas sobre o vasto tema da ação coletiva têm atentado para o fato de que movimentos sociais funcionam como meios de sociabilidade, ocasiões de encontro (reuniões, atividades, manifestações etc.), que moldam sujeitos, modos de coexistência e experiências coletivas (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2006; CEFAÏ, 2009; CEFAÏ *et al*, 2011; FREIRE, 2016). Inspirada nessas abordagens, busco demonstrar como a história de vida de um coletivo e dos agenciamentos que operam a construção de arenas públicas está diretamente relacionada à produção de subjetividades, modos de existir, hábitos e formas de cooperação, bem como à criação de vínculos entre indivíduos. Muitos são os processos cognitivos e morais vivenciados por aqueles que passam da indignação pessoal à experiência coletiva. Atentar para a relação entre conjuntos de valores e emoções pessoais, de um lado, e ações coletivas, de outro, desvela o caráter afetivo-moral da política. Como a dor e a indignação experienciadas em uma situação de conflito local se transmutam em gramáticas políticas que abarcam um senso coletivo do que é considerado “injusto”? Entender como os atores mobilizam o conceito de “injustiça” é central para a compreensão da construção das arenas públicas operada pelo Conselho Popular.

O material que deu origem ao presente texto é resultado da observação direta de reuniões, atividades e manifestações organizadas pelo Conselho Popular entre 2016 e 2019, bem como de uma entrevista semiestruturada realizada com Di em sua casa em 2018. A aposta etnográfica

investe na descrição de histórias de vida enredadas por encontros proporcionados pela mobilização coletiva. O sofrer, o refletir, o partilhar e o reunir modulam as cenas etnográficas que se seguem. A ideia é demonstrar, por meio da descrição densa, a transição experienciada pelo grupo, de um agregado de demandas locais a um coletivo político que faz emergir sua voz no espaço público. Essa história se confunde com a construção de uma subjetividade particular, a de Di, membro orgânico e extremamente atuante do grupo. Inicialmente, narro uma reunião datada de 2016, logo após a reativação do coletivo, quando ainda funcionava como um aglomerado de demandas locais que tinham em comum a revolta contra à ameaça de remoção. Em seguida, descrevo o processo de construção de arenas públicas engendrado pelo conselho na interlocução com a mídia, o parlamento, a universidade e outros agentes institucionais. Por fim, reflito mais detidamente sobre a construção de minha principal interlocutora enquanto militante, bem como sobre o alinhamento entre seu projeto moral cristão e os valores cultivados na luta pela moradia.

## **A INDIGNAÇÃO E OS PRIMEIROS PASSOS DA LUTA CONTRA A REMOÇÃO**

No terceiro andar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, sede da Pastoral de Favelas da Igreja Católica, estamos sentados em roda para mais uma reunião do Conselho Popular. Como de costume, Eliane – advogada da pastoral que já atuou na Defensoria Pública e possui longa experiência de assessoria jurídica voltada a movimentos sociais de favelas – inicia a reunião perguntando quais representantes de comunidades trazem “demandas”. Nessas reuniões, normalmente os representantes das comunidades relatam os últimos acontecimentos envolvendo os territórios e os processos de remoção e apresentam suas “demandas”, solicitando o apoio do conselho para questões como organização de atividades, pedidos de esclarecimento quanto a possíveis dúvidas – seja em relação ao campo jurídico, seja em relação à organização política – e divulgação de outros eventos importantes para a luta das comunidades. Dessa vez, a advogada informa que alguns esclarecimentos quanto ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) serão dados hoje por seus representantes; só então escutaremos as “demandas” das comunidades, muitas delas também à espera de respostas dos processos iniciados pelo instituto.

Na última reunião, alguns moradores que vivenciam processos administrativos no Iterj

– como o de regularização fundiária, mapeamento de propriedade da terra etc. – solicitaram a presença dos agentes do instituto no espaço do conselho, pois tinham dificuldades de entrar em contato com o órgão; reclamaram também da morosidade do trabalho feito pelo Iterj. Alguns agentes do instituto foram então convidados a participar da reunião. Segundo o representante do Iterj, inicialmente o instituto fora criado para atender apenas assentamentos rurais, mas em 1998 passou a atuar na área urbana. O Iterj está vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e atua por meio de intervenções em conflitos fundiários, implementação de processos de regularização fundiária e apoio à formação de assentamentos rurais. Encontram-se na reunião defensores públicos do Núcleo de Terras e Habitação (Nuth)<sup>4</sup>, agentes de cada vicariato (região urbana) da Pastoral de Favelas, moradores de comunidades e ocupações urbanas, representantes do Iterj e eu. Me apresento como pesquisadora e permaneço anotando com muito afinco as falas. Após a fala introdutória do agente do Iterj, a ocupação Riachuelo 21, na Lapa, que existe há 20 anos e é composta por 21 famílias, apresenta sua “demanda”.

Um dos moradores ressalta, apreensivo: “eu fui até buscar por consultoria no Iterj um documento do imóvel”. A consultoria da qual fala o morador reflete o primeiro passo dado pela resistência local ao descobrir a ameaça de expulsão do imóvel. Durante os processos judiciais instaurados em decorrência da ameaça de remoção, a primeira informação necessária para iniciar a luta na frente jurídica é justamente a quem pertence o imóvel. Os moradores aproveitam a presença do representante do órgão no espaço do conselho para cobrar um retorno acerca do andamento do processo, assim como possíveis sugestões de resolução do caso.

O representante reafirma que “o imóvel da ocupação pertence à Ordem Terceira do Carmo da Igreja Católica”, também esclarecendo: “a gente buscou o usucapião urbano, mas aí não pode, porque vocês tão judicializados”. Os moradores questionam a busca pelo dispositivo da usucapião, que não se conforma ao caso da ocupação. Eliane, que tem acompanhado o caso mais de perto, interrompe o agente do instituto para esclarecer aos moradores a situação jurídica em que se encontram: “foi caracterizada no início uma locação. A situação de vocês está infelizmente parada nisso. Vocês não tinham direito à usucapião”. Moradores de outras comunidades presentes começam a comentar as ações do Poder Judiciário em muitos casos de remoção: a atuação dos juízes a cargo dos conflitos fundiários na cidade não agrada os moradores das favelas ameaçadas, já que na maioria das vezes suas sentenças refletem determinados

---

4 O Nuth tem atuado como parceiro ativo nas lutas por moradia travadas por movimentos populares. Vale lembrar, no entanto, que a atuação do Nuth, como a de todo órgão ou organização, é determinada pelas posturas, princípios, sensibilidades e objetivos de seus integrantes. Nem sempre o Nuth teve uma composição militante disposta a desenvolver tais relações com os movimentos sociais de favela. Para mais informações sobre a história do Nuth, ver Cocco e Mendes (2016).

posicionamentos políticos e relações com grupos econômicos interessados no espaço urbano. O representante do Iterj diz que o direito “crítico”, “popular” e “insurgente” praticado por eles não condiz com o direito do Judiciário: “nós temos que saber quem são os aliados, o Judiciário não vai ser”, pois “a estrutura do Judiciário não atende a questões de moradia popular”, diz ele. Em seguida, o agente se permite fazer um comentário acerca da atuação política dos moradores da ocupação. Ao se desculpar por estar “se metendo” na organização deles, afirma: “eu via resultado quando havia mobilização e organização desde a ocupação da terra”. Ao longo de 30 anos atuando ao lado de movimentos sociais, o representante reitera que “não adianta se organizar quando a situação explode”.

Em seguida, Eliane passa a palavra para uma liderança da ocupação Francisco Eugênio, localizada em São Cristóvão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Numa tentativa de situar os membros do grupo no cenário atual da ocupação – já que essa comunidade se faz presente pela primeira vez nesse espaço –, Verônica, uma das moradoras, diz: “estamos lá há 30 anos, é uma terra do Estado, e desde 2008 começou o processo de reintegração de posse. Começou o despejo, mas a gente conseguiu reinserir as pessoas, colocar de novo pra dentro”. A moradora explica a situação dos processos judiciais que envolvem a ocupação, demonstrando insatisfação e indignação em relação ao Estado – representado nesse caso pela esfera estadual –, já que, como ela mesma diz, “agora a gente conseguiu o repasse dos imóveis pro estado pra fazer zona de interesse social”. No entanto, a burocracia da esfera está dificultando a transformação da área numa Zona Especial de Interesse Social (Zeis), instrumento urbanístico legal, definido pelo Estatuto da Cidade – lei federal de 2001 –, que promove a demarcação de zonas da cidade destinadas à habitação de interesse social, seja pela facilitação de processos de regularização fundiária, seja pela oferta de terrenos vazios para a construção de habitação social<sup>5</sup>. A ameaça da chamada reintegração de posse por parte de um órgão privado estimulou os moradores da ocupação a repassarem a propriedade do terreno para o estado, de forma estratégica, em busca da possibilidade de transformar a área em uma Zeis. A possibilidade da remoção, viabilizada pelo dispositivo jurídico da reintegração de posse, emerge para Verônica e seus vizinhos não somente na forma do medo de perderem suas casas e da indignação com o “desrespeito” do Estado, mas também como um fato que os impulsiona a passar a luta aos meandros da justiça.

Após algum debate sobre a situação da Francisco Eugênio, é chegada a vez de Di, da Rádio Sonda, relatar a situação da comunidade. “Da pastoral, fomos pra Defensoria Pública,

---

<sup>5</sup>Fonte: Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/Leis\\_2001/L10257.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Leis_2001/L10257.html). Acesso em: 15 jul. 2022.

depois pro Iterj, depois abrimos um protocolo na SPU”<sup>6</sup>, relata suas idas e vindas nos órgãos da burocracia do Estado a fim de descobrir o dono da terra. “Nós sempre vamos na Defensoria, mas no mês seguinte você tem que ir lá pra checar, e no próximo também, e no próximo de novo”, diz a liderança sobre sua insistência junto à Defensoria Pública, que, além de acompanhar os processos judiciais dos moradores, também fortalece a organização política das comunidades. Após afirmar que “demorou vários meses pra SPU dar uma resposta” e que teve que levar “vários ofícios da Defensoria pra lá”, ela conta que os moradores descobriram que “a Rádio Sonda está sob jurisdição da Aeronáutica”. “Essa resposta a gente vinha buscando desde agosto pra encaminhar esse processo”, continua, dizendo: “o que a gente tá fazendo agora é antecipando pra lutar pela nossa regularização”. Os membros presentes conversam sobre a regularização fundiária, dispositivo central da luta pela permanência na comunidade.

Várias outras lideranças comunitárias seguem apresentando seus relatos e suas “demandas” nessa reunião. A fala de um morador da comunidade Indiana, na Tijuca, me chama atenção. Ao narrar a remoção parcial ocorrida na comunidade, ele diz: “mas a gente tem que lutar, porque a prefeitura não entende como as pessoas investem suas vidas naquelas casas. A gente não chegou ali ontem, foram décadas e décadas construindo nossas casas”. Outros moradores relacionam suas casas a vidas vividas há décadas em seus territórios. Reunidos, os membros do conselho trocam experiências a fim de evitar as remoções e garantir a permanência das famílias nas comunidades.

\*

Os moradores de comunidades e ocupações que chegam ao conselho narram experiências de medo, angústia e sofrimento suscitadas pela situação de ameaça de remoção, ameaça que implica pressões diárias materializadas na vida cotidiana, seja nos escombros de casas demolidas, seja nas abordagens dos agentes públicos que batem em suas portas, fazendo perguntas e solicitando entrada nos imóveis<sup>7</sup>. A luta pela regularização fundiária emerge de um senso de

---

6 Superintendência de Patrimônio da União, órgão vinculado ao então Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, responsável por administrar o patrimônio imobiliário da União.

7 Esse tipo de pressão psicológica é muito comum em situações de remoção. Moradores de outras comunidades costumam relatar que, em conversas com funcionários da prefeitura, é comum escutar frases como “é melhor sair, senão vai ficar sem nada” ou “é melhor negociar, senão vai pra rua”. Junto à produção de desinformação, ilegalidades (como a não retirada dos escombros das casas demolidas) e outras táticas que compõem a governamentalidade

justiça, baseado no direito legítimo que os moradores têm de permanecer morando no território, onde construíram não apenas suas casas, mas também suas vidas. É comum escutar histórias particulares, marcadas por nascimentos (“eu nasci e fui criado aqui”), relações familiares (“minha família toda mora aqui”), redes de vizinhança (“aqui eu conheço todo mundo”), entre outros relatos a demonstrar que as remoções afetam pessoas com histórias e vínculos. Como aponta França, ao analisar a luta das mães vítimas da violência institucional, o “esforço coletivo de singularização das mortes” de seus filhos, por meio da enunciação dos “casos” particulares, é parte da luta por direitos (FRANÇA, 2020, p. 278). A singularização dos casos, de um lado, e a transformação dos casos em causa política, de outro, são movimentos paralelos que permeiam muitos processos de construção de arenas públicas de lutas por direitos.

Marcadas por inúmeras relações com agentes institucionais, as experiências relatadas pelos membros do conselho registram os primeiros esforços dos moradores ao se depararem com uma situação de remoção. A peregrinação institucional (FARIAS, 2014, 2020) pela burocracia estatal, a lida com documentos, o manejo de categorias jurídicas e a reflexão coletiva na busca por estratégias de luta são os primeiros passos decorrentes da indignação com a possibilidade de perderem suas casas, suas terras, mais do que isso como muitos dizem: “suas histórias e raízes”. O argumento que aciona o investimento econômico e emocional da autoconstrução (HOLSTON, 1991; KOWARICK, 1993) – que justifica a permanência pelo fato de terem construído suas casas “durante anos, com muito esforço” –, aparece com frequência nas falas dos atores. Ainda restritos ao leque das formalidades jurídicas e legais, os moradores buscam soluções pragmáticas para a situação indeterminada (DEWEY, 1938) em que se encontram, momento em que o curso ordinário da vida é suspenso. As primeiras indagações e investigações dos indivíduos conduzem à busca de soluções por meio de canais legitimados pelo Estado. Tal processo, porém, vem acompanhado da formulação de um discurso político que, em sua etapa inicial, refere-se ao direito de permanecer em territórios ocupados há anos, que carregam mais do que um valor monetário, na medida em que são permeados por relações de parentesco, amizade e vizinhança. Por ora, passo a narrar outras ocasiões que vivenciei junto à Di e a outros membros do grupo que enredam o desenrolar de tal processo de dessingularização, do mero recurso aos dispositivos legais à formulação de uma causa mais ampla pelo direito à moradia digna e adequada; de um agregado de demandas comunitárias à reivindicação de justiça e, em última instância, à denúncia contra violações de direitos humanos, como será visto a seguir.

---

(FOUCAULT, 1978) que expulsa e retira os pobres urbanos de suas terras, a pressão psicológica configura mais um elemento das práticas de terror de Estado em processos de remoção. Para mais informações, ver Azevedo e Faulhaber (2015), Bogado (2017), Gutierrez (2014), Magalhães (2013), Petti, (2020a) e Silva (2016).

## CONSTRUINDO ARENAS PÚBLICAS: A CONSOLIDAÇÃO DE UM COLETIVO DE LUTA PELA MORADIA

No ano de 2017, passei a atuar mais como militante do que como pesquisadora no conselho. Até hoje sou responsável pela relatoria das reuniões e costumo participar de muitas comissões voltadas à organização de atividades e atos públicos. Além disso, junto a Di e Marcello, da comunidade Indiana Tijuca, faço parte do grupo de trabalho responsável pela comunicação do grupo, especialmente a da página do Facebook, que começou a intensificar suas publicações nesse ano.

O ciclo de produção da cidade olímpica (AMARAL, CAVALCANTI e O'DONNELL, 2016; OLIVEIRA, 2015)<sup>8</sup> se encerrou com a saída do PMDB da prefeitura e a entrada de Marcelo Crivella (PRB)<sup>9</sup>. No primeiro semestre, Crivella lançou, sem nenhum canal mais concreto de diálogo com os movimentos sociais além de uma plataforma virtual para propostas da sociedade civil, seu Plano Estratégico para a cidade (2017-2020)<sup>10</sup>. O plano, alvo de críticas de defensores públicos pela falta de clareza em relação à metodologia adotada para a realização das obras, previa a possibilidade de mais de 14 mil remoções de famílias do entorno do Parque Nacional da Tijuca, seguida do anúncio da construção de novas unidades habitacionais e seus objetivos: “garantir que 14.204 famílias não estarão em risco geológico-geotécnico até 2020; contratar 20.000 unidades habitacionais até 2020” (*Plano Estratégico 2017-2020*)<sup>11</sup>.

A comunidade Indiana Tijuca sofre uma ameaça de remoção sob a justificativa de que a comunidade se encontraria numa área de risco. Nos últimos anos, algumas famílias da Indiana foram removidas e realocadas devido ao risco ambiental alegado pela prefeitura, sem, entretanto, que a Fundação Instituto Geotécnica do Rio de Janeiro (GeoRio) apresentasse qualquer laudo nesse sentido. Na interlocução com a universidade, por meio de um projeto de extensão, os moradores realizaram um contralaudo sobre o terreno, atestando que as casas não

8 No que diz respeito à produção da cidade olímpica, vale ressaltar a centralidade da região da Barra da Tijuca como palco de muitas transformações urbanas no bojo de tal projeto de cidade. Essa região atuou como frente de expansão do capital imobiliário, recebendo diversas obras de equipamentos olímpicos, como o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas. Para mais informações, ver Amaral (2014), Alves e Petti (2017) e Cavalcanti (2017).

9 Em 2021, Eduardo Paes, prefeito da cidade no ciclo olímpico, retornou à prefeitura.

10 Disponível em: <http://prefeitura.rio/web/planejamento/conheca-o-plano>. Acesso em: 15 jul. 2022.

11 Apesar da previsão de remoções em massa, a política de remoções não foi uma marca do governo Crivella. Muitos interpretam essa quebra de expectativas a partir da narrativa de falta de recursos.

tinham “alto risco” de deslizamento, sendo possível a realização de obras de contenção. Algum tempo depois, os moradores descobriram numa pesquisa junto aos documentos da GeoRio que a classificação da área era de “baixo risco”<sup>12</sup>.

Para os moradores da Indiana, localizada no Maciço da Tijuca, deparar novamente com a instrumentalização do discurso do risco ambiental<sup>13</sup> nos documentos estatais, seguida da proposta de construção de novas unidades habitacionais, concretiza o “fantasma da remoção” e da possibilidade de reassentamento em condomínios populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>14</sup>, proposta de compensação da casa na favela repudiada pela maioria<sup>15</sup> dos membros do conselho. Indignados, especialmente pela ausência de diálogo com a população local, os membros do conselho decidiram realizar no Palácio da Cidade<sup>16</sup> um ato público para entregar as reivindicações do grupo registradas num manifesto, na tentativa de buscar diálogo com a prefeitura sobre as reivindicações dos moradores que sofriam a ameaça de remoção. Após a ausência de respostas da prefeitura à época da primeira intervenção no espaço público, seguiram-se outras manifestações em diferentes regiões da cidade.

No fim do ano, com o anúncio oficial da remoção da comunidade Rio das Pedras, localizada na Zona Oeste, a associação de moradores local procurou membros do Conselho Popular para “fortalecer a luta” junto a outras comunidades na mesma situação. Os membros do grupo decidiram convocar todos os movimentos sociais e populares, sindicatos e mandatos parlamentares da esquerda, dentre outros atores das arenas públicas do Rio de Janeiro, a uma reunião para a organização de um ato em defesa de Rio das Pedras e contra toda e qualquer forma de remoção. Encomendamos junto à ocupação Vito Gianotti<sup>17</sup> uma faixa de 12 metros

---

12 Para mais informações sobre o conflito local em torno da categoria do risco ver Magalhães e Petti (2018).

13 A ambientalização das lutas sociais marca o contexto de emergência do discurso do risco e sua instrumentalização pelos governos (ACSELRAD, 2010).

14 Durante o processo de produção da cidade olímpica, o PMCMV funcionou como proposta de compensação das casas demolidas nas favelas, por meio da modalidade de “troca de chaves”. O PMCMV foi responsável por divergências entre militantes e pelo esvaziamento de movimentos de luta por moradia durante o ciclo olímpico. Muitas das comunidades que participam do conselho vivenciaram conflitos e divisões internas devido às propostas de troca da casa na favela por uma unidade habitacional no condomínio. Ao conselho chegavam os moradores que queriam permanecer em suas localidades, o que produziu um consenso crítico ao programa. Para saber mais sobre o programa e a configuração urbana dos condomínios populares, ver Cardoso (2013), Conceição (2016) e Kopper (2016).

15 Não apenas na Indiana, mas em diversas outras comunidades, escutei moradores rejeitarem por muitos motivos o reassentamento em condomínios do PMCMV. “Não quero morar numa gaiola” é uma das frases que mais escutei em campo. Para informações sobre os modos como a casa é quantificada pelo Estado nas propostas de compensação pela casa na favela em processos de remoção, ver Petti (2020b).

16 Local de trabalho do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, localizado em Botafogo.

17 Ocupação urbana localizada na Zona Portuária da cidade, que leva o nome do comunicador popular italiano Vito Gianotti.

com os seguintes dizeres: “Não à remoção: pelo direito à moradia!” (Figura 2), além de camisas com o nome, a logo (Figura 1) do grupo e a frase “Não às remoções”.

**Figura 1. Logo do Conselho Popular**



Fonte: Facebook do Conselho Popular: <http://conselhpopular.wordpress.com/>.

Figura 2. Manifestação em frente à casa do prefeito do Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca (2017)



Fonte: Acervo pessoal (2017).

Essa manifestação, o maior ato mobilizado pelo conselho em toda a sua história, contribuiu para certas conquistas dos moradores de Rio das Pedras, surpreendidos pelo recuo do prefeito quanto à demolição das casas. A organização dessa manifestação mobilizou reuniões lotadas e com grande representatividade de outros movimentos sociais como o Movimento Unido dos Camelôs (Muca), a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), outros movimentos de favela e frentes de luta mobilizadas na conjuntura da época<sup>18</sup>. A construção desse espaço ampliou a intervenção do conselho, tanto no que tange à aliança com outros agentes da cena política na cidade quanto no que diz respeito à sua repercussão na imprensa<sup>19</sup>. Após o ato, o grupo decidiu construir uma jornada de manifestações

18 Estavam presentes a Frente Povo Sem Medo, a Frente Brasil Popular e a Frente de Esquerda Socialista, três frentes únicas de luta que ganharam destaque durante o período do governo de Michel Temer (MDB).

19 Estavam presentes não apenas as mídias alternativas, que costumam cobrir a mobilização popular e suas

contra as remoções e pelo direito à moradia, guiada não apenas por reivindicações ou demandas relativas ao tema da moradia, mas também por análises e caracterizações políticas sobre a conjuntura, documentadas em manifesto.

Tal política excludente, colocada em pauta pelos interesses de um neoliberalismo tardio capitaneado pelo setor privado e assegurado pelo poder público, tem sido marcada pela violação de direitos humanos dos moradores de favelas e periferias, resultando na remoção de cerca de 67 mil pessoas entre 2009-2016, com previsão de remoção de mais de 20 mil moradores nos próximos quatro anos do governo de Marcelo Crivella (PRB). Para justificar esta “limpeza social” da pobreza nas áreas nobres da cidade, as autoridades públicas têm utilizado falaciosos argumentos como “área de risco”, “interesse público” e “proteção ambiental”, abrindo caminho para a atuação da especulação imobiliária interessada num projeto de cidade racista, elitista e, conseqüentemente, excludente, marcado pela acumulação do lucro em detrimento do direito humano e social à moradia digna. (CONSELHO POPULAR, 2017).

A politização do discurso do Conselho Popular, marcada pela dessingularização dos casos particulares, fica evidente em traços como a caracterização do momento econômico mundial (neoliberalismo tardio), a denúncia do fenômeno da “limpeza social” e a disputa em torno de um “projeto de cidade excludente”. Muito se debateu sobre a conjuntura política nas reuniões do grupo no ano seguinte. Em ata de reunião do dia 7 de novembro de 2018, encontra-se registrado o seguinte trecho de análise, proveniente da síntese do debate sobre conjuntura e sobre as próximas ações políticas:

[...] estamos vivendo um processo que começou há pelo menos quatro anos atrás com a polarização colocada no ano de 2014. A polarização se acirra nessas eleições e a gente é colocado numa ampla mobilização de luta por direitos. É provável que venham outras derrotas nos próximos anos. No que diz respeito à moradia, é preciso repensar formas de resistência. Não há outra saída a não ser lutar. Temos que pensar na questão da segurança dos nossos militantes. A repressão tende a aumentar não só no sentido das forças do Estado, como também nos processos paramilitares.<sup>20</sup>

No contexto da vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, o vocabulário dos direitos passou a se fazer cada vez mais presente nas falas, debates, publicações e documentos do grupo. Na *cit*é cívica da tipologia das gramáticas morais que norteiam a ação de autoria de Boltanski e Thévenot (2006), as pessoas ganham valor quando são portadoras não apenas de obrigações, mas também de direitos, o que torna a vida digna. A ação coletiva dá significado e justificativa ao comportamento individual no mundo cívico, cujo principal cenário de intervenção dos coletivos – principal ator da *cit*é – torna-se a esfera pública. A faixa

---

reivindicações, como também emissoras de televisão maiores.

20 Trecho da relatoria da reunião do Conselho Popular de 7 de novembro de 2018.

do conselho (Figura 2), as publicações nas redes sociais, as camisas, a logo e o manifesto são objetos que materializam e significam um coletivo que passa a lutar também contra formas de violação de direitos humanos.

Nessa mesma reunião, deliberamos sobre a participação do conselho na plenária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo objetivo consistiu em escutar as denúncias e demandas dos movimentos sociais brasileiros<sup>21</sup>. Diversas pautas foram apresentadas na plenária: a situação do sistema carcerário brasileiro, a violência contra mulher, os conflitos fundiários urbanos e rurais e a demarcação de terras indígenas, entre outras. Como outros membros do grupo, Di também se fez presente na plenária. Segundo ela, o que foi denunciado na plenária da CIDH, além das remoções, foram problemas pelos quais “as pessoas das comunidades também passam: racismo, as mulheres que têm os maridos encarcerados. A gente é removido, mas também passa por todas as outras coisas que foram abordadas lá, que são injustiças também”. Os membros do conselho, à maneira do movimento de mães, também questionam os sentidos de justiça encarnados pelas instituições (EFREM FILHO, FARIAS e LAGO, 2020, p. 162). Entendidas como “injustas”, as violações de direitos, entre eles o da moradia, enredam a transformação subjetiva (cognitivo-moral) vivenciada por minha interlocutora. De “dona de casa” a militante do Conselho Popular, Di passa a ser o centro de minha narrativa a partir de agora.

## DO SER AFETADO À LUTA CONTRA A “INJUSTIÇA”: DEVIRES MORAIS E TRANSFORMAÇÃO SUBJETIVA

A gente tem que ir lá. É muito injusto o que tão fazendo. Depois que você conhece a luta, só sendo muito coração de pedra pra não apoiar uma comunidade.

Essa frase foi enunciada por Jaqueline, uma de minhas interlocutoras, moradora de favela e participante do Conselho Popular, quando estávamos em seu carro, a caminho da comunidade de Di, onde a reintegração de posse e a demolição de algumas casas aconteciam. Quando Di começou a participar do conselho, era comum escutar ela dizer que “é importante a gente ir até as outras comunidades ajudar, porque um dia vai ser a gente que vai precisar de ajuda”. Os membros do conselho criam laços de solidariedade e apoio mútuo conforme se engajam na luta

<sup>21</sup> Plenária de encerramento da visita oficial da CIDH ao Brasil no final do ano de 2018.

contra as remoções. Sempre me perguntei sobre a natureza desses laços e relações. Em meio a tais questionamentos, percebi um contraste entre “a gente tem que ajudar, porque um dia vai ser com a gente” e “a gente tem que ajudar, porque é injusto”. Di e Jaqueline sempre presenciam momentos de conflito e luta em suas comunidades. Assim como Jaqueline, com o tempo Di passou a justificar o apoio mútuo acionando o caráter “injusto” da situação vivenciada por seus companheiros de luta.

Por a gente passar na pele, por a gente saber o que que a gente passa, então vira uma dor única, né, porque o que eu passo eu vejo outras pessoas de outras comunidades passarem também. Então a gente acaba tendo uma luta só, a gente acaba vendo que a gente está todo mundo junto, que a gente se fortalece e a gente ajuda um ao outro. A gente acaba vendo que a gente não tá sozinho, que a gente pode ganhar mais força lutando e ajudando outras comunidades. Então isso faz com que a gente tenha compaixão pelos outros moradores de outras comunidades. A gente acaba tomando a dor do outro como a nossa também, porque a gente também tá passando pela mesma injustiça.<sup>22</sup>

Sentir a dor do outro e partilhar de um sofrimento comum impulsiona os atores a caracterizarem uma situação como “injusta”. Do interesse particular na ajuda em uma situação de conflito (“ajudo porque um dia vou precisar de ajuda”) à formulação de uma situação como “injusta” (“ajudo porque o que tão fazendo é uma ‘injustiça’”), Di e outros membros do Conselho engajam-se na luta pela moradia, forjando e consolidando laços de companheirismo militante em nome de uma causa mais ampla. Em pesquisas etnográficas, Cefaï *et al* demonstraram que “destinos locais ou interesses particulares são o trampolim para formas de julgamento e de denúncia, de reivindicação e de proposição, que trazem à tona o que diz respeito ao público” (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 4). O ser afetado em escala local fornece as bases para processos cognitivo-morais que originam a formulação de gramáticas políticas que, enquanto valores coletivos, justificam ações.

A experiência do que é injusto, mas também do que é indecente e inconveniente, decorre do modo passivo do “ser afetado” (*Stimmung*) pela situação, antes dessa experiência ser formatada segundo as modalidades práticas dos regimes da crítica e da denúncia, da compaixão ou da indignação. Os momentos de indignação, marcados por sensações de injustiça, são também choques afetivos, além de morais (Jasper), pois constituem desfazimento de cotidiano, perda das referências e dos sentidos que sedimentaram determinado mundo (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 7).

As emoções cumprem um papel fundamental no entrelaçamento do que é singular com o que se constrói como coletivo. Pesquisadores que se dedicam a investigar as lutas das

<sup>22</sup> Entrevista realizada com Di em dezembro de 2018.

mães vítimas de violência de Estado no Rio de Janeiro já demonstraram que as emoções dão suporte ao reconhecimento político de determinados grupos sociais (EFREM FILHO, FARIAS e LAGO, 2020; FRANÇA, 2020). Além de o “sentimento de perda” se transformar em capital simbólico que legitima as mães enquanto atores sociais no espaço público (LEITE, 2004, p. 155), a indignação – ou “maternidade indignada” (ROCHA, 2018, p. 50) – é um motor para a luta coletiva. Se na luta das mães que perdem seus filhos em casos de violência policial é o “amor de mãe” que funciona como recurso político das denúncias públicas (FRANÇA, 2020), na luta contra as remoções, a dor pela perda da casa e da comunidade impulsiona as ações de resistência. Os vínculos criados pela luta por moradia são embebidos em choques afetivos e morais, marcados pela dor e pelo sofrimento comuns à condição de quem vive sob ameaça de remoção. Vínculos forjados no sentir e compartilhar a dor encarnada nos ritmos de um processo de remoção e consolidados pelas gramáticas políticas de denúncia pública da “injustiça”. Vínculos que possibilitam a ação coletiva (fortalecem o coletivo, grande valor para os atores no mundo cívico), mas também são condicionados pela emergência de uma causa coletiva mais ampla<sup>23</sup>. Tal processo dessingulariza a voz individual, que passa de um reclame de dor a uma voz política e unificada na esfera pública. Na avaliação de Di, a jornada contra as remoções construída pelo grupo foi central no ano de 2017.

A gente sai na rua, alguém ouve. Mesmo que a gente não tenha tido nenhuma resposta da prefeitura, eles receberam e ouviram a gente. A gente chamou atenção. Foi de grande importância. Até pra fortalecer cada comunidade, pra gente ver que a gente tem voz, que a gente tem que sair à rua pra ser ouvido, pra buscar os direitos.<sup>24</sup>

Para Butler (2018), corpos em assembleia expressam a condição precária constitutiva de todo ser. Os corpos em assembleia em espaços públicos exercem o direito plural e performativo de aparecer – direito negado pela aceleração da condição precária da vida –, reivindicando exigências corpóreas por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, menos afetadas pelas formas induzidas da condição precária (BUTLER, 2018, p. 17). O direito de aparecer no espaço público – de ter visibilidade – é distribuído de maneira desigual. Aparecer na rua ganha outros contornos quando são corpos não brancos e favelados

23 Comecei a refletir sobre os vínculos criados pelas relações de militância quando escutei a comunicação pessoal de Karinna Adad de Miranda, intitulada “Os movimentos sociais e a *topofilia*: motivos para resistir em Vargem Grande/RJ” no âmbito da XIX Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 2018. Os estudos sobre movimentos sociais e seus vínculos podem contribuir para a investigação das formas contemporâneas da dádiva (CAILLÉ e GODBOUT, 1999).

24 Entrevista realizada com Di em dezembro de 2018.

que ocupam os espaços. Assim como Di, muitas outras mulheres não brancas têm protagonizado a luta por moradia no país. As diferenças de gênero e raça afetam os modos como as pessoas experimentam a cidade e conseqüentemente se engajam nas lutas urbanas (BIRMAN, 2015). Vocalizar a luta por direitos no espaço público, em meio a interlocuções com outros atores políticos<sup>25</sup>, transformou a própria subjetividade de minha interlocutora.

Eu cresci muito e aprendi muito, comecei a entender tudo o que acontece. Antes eu não sabia nada de política, era completamente leiga. Essa luta mudou completamente a minha vida, eu vi coisas assim em mim que nem eu mesma sabia que existia, tipo essa força de indignação, de ficar indignada pelas injustiças, pelas maldades com toda essa covardia. E eu vi essas coisas em mim que eu não sabia que existiam e que me fez crescer muito. Viver algo que te faz ficar indignada e fazer alguma coisa.<sup>26</sup>

A própria experiência de indignação, que a move do ser afetada ao fazer político, é vivida por Di como algo que suscita devires e transforma sua subjetividade. Devires morais que a surpreendem, mas, de alguma forma, vão ao encontro de valores já cultivados anteriormente por minha interlocutora. Enquanto cristã evangélica, Di me contou que, em muitos momentos da luta, se inspirou em Moisés, personagem bíblico. Moisés também lutou “contra as injustiças do mundo”. Em conversa, Di retoma a história do conflito entre egípcios e hebreus e a intervenção divina que libertou os últimos de toda opressão e exploração.

Faz parte dos valores cristãos lutar contra qualquer injustiça cometida contra as pessoas. Quando a gente é cristã, a gente luta tudo pro bem, a gente tenta fazer o melhor pras pessoas. Nossa luta é contra o mal, independente de onde ele vem, como, de quem seja. E tudo que eu faço é lutar pelas pessoas indefesas que não têm seus direitos respeitados. Eu luto contra o mal, contra a injustiça, contra a falta das leis serem cumpridas.<sup>27</sup>

Operar a linguagem dos direitos implica a ratificação e/ou a disrupção de moralidades (EFREM FILHO, FARIAS e LAGO, 2020, p. 171). A violação de direitos e o descumprimento da legislação são considerados um mal no sentido cristão do termo. Embora formulado no seio da ação coletiva em arenas públicas, o sentido da “injustiça” também emerge de uma reflexão individual que possibilita o alinhamento entre dois projetos ético-morais que à primeira vista podem parecer excludentes, mas ganham sentido nas práticas e discursividades de minha

25 Ao longo da luta pela permanência em sua comunidade, Di e outros moradores construíram um forte canal de interlocução com o deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ). Di realizou inúmeras viagens à Brasília para participar de audiências públicas e das reuniões da Câmara de Conciliação criada para resolução do conflito entre os moradores e a Aeronáutica.

26 Entrevista realizada com Di em dezembro de 2018.

27 Entrevista realizada com Di em dezembro de 2018.

interlocutora. A Di dona de casa e cristã e a mulher militante da luta por moradia compõem devires morais subjetivos que se alinham na luta contra todo tipo de “injustiça”. Perceber a complexidade de um processo de formação de sujeitos é atentar para a gama diversa de devires morais e projetos ético-políticos significados em práticas e reflexões com lugar tanto na escala coletiva como na individual. Tornar-se uma militante e aprender sobre política fortalece os valores cristãos aos quais Di já havia aderido havia anos, assim como as gramáticas morais do Evangelho se alinham plenamente aos valores coletivos cultivados na luta por moradia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentei mostrar neste texto a complexidade de um processo de construção de arenas públicas da luta pela moradia, arenas que enredam também processos de subjetivação. No entrelaçamento de duas histórias de vida, a de um coletivo e a de um indivíduo, fica evidente a capacidade dos atores sociais de acionarem competências críticas, responsáveis pela articulação entre emoções (importante mediação entre os sujeitos e o mundo) e gramáticas políticas, dessingularizando processos locais na construção de arenas públicas. Como afirmam Cefaï *et al*:

[...] esses “quadros de injustiça” não são lentes cognitivas por meio das quais os atores constroem o mundo. São, antes de tudo, experimentados em ocasiões sensíveis, em movimentos afetivos de aversão, desconforto e ansiedade, de irritação e de frustração, de raiva e de ressentimento, de cólera e de indignação. Eles são encarnados em provas emocionais e perspectivas que não se fecham no foro íntimo de sujeitos solipsistas, mas que remetem diretamente ao horizonte de um senso comum e que visam intencionalmente certos estados do mundo. O “senso de injustiça” se expressa em descrições que dão conta de provas corporais, portadoras de um sentido ético, cívico ou político, que atravessa seus atores. (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 7).

Além de compartilharem dor e medo, suscitados por um processo de remoção, os membros do conselho passam a agenciar repertórios plausíveis, que equipam os atores “com modos convenientes de ver, de dizer e de fazer, [que] configuram as situações às quais eles são confrontados” (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 20). O direito e a legislação urbanística criam mundos cognitivos e normativos que contribuem para as indagações e investigações realizadas pelos sujeitos inseridos em situações indeterminadas e problemáticas. De um agregado de demandas locais, unidas pelo sentimento de indignação, o Conselho Popular torna-se um agente ativo na esfera pública da cidade, construída em conjunto com outros coletivos (movimentos sociais,

parlamento, mídia, universidade etc.). A dor comum comunicada pela ação política realiza um percurso do indivíduo inserido em escala local ao membro do grupo que se posiciona no âmbito público, atestando as chamadas “ancoragens de proximidade da mobilização coletiva” (CEFAÏ, 2011).

Do associativismo local à política da luta por moradia, Di produz a si mesma não apenas no sentir partilhado com outros companheiros, também se escrevendo enquanto sujeito por meio das linhas de documentos, manifestos, publicações e outros registros que baseiam a construção de arenas públicas agenciada pelo grupo. O alinhamento de devires subjetivos (o cristão e o militante), significados em experiências coletivas, compõe um sujeito complexo, forjado nos ritmos de suas emoções e pelas gramáticas políticas acionadas por competências críticas desenvolvidas pela ação coletiva. Do indivíduo ao membro do grupo, Di faz parte do processo de construção de arenas públicas da luta por moradia no Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

1. ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
2. ALVES, Rodolfo; PETTI, Daniela. Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico. **Revista Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 50-66. jul./dez. 2017.
3. AMARAL, Lilian. **Curicica: de fim do mundo a Barra Olímpica**. 2014. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.
4. AMARAL, Lilian; CAVALCANTI, Mariana; O’DONNELL, Julia. Futures and ruins of an Olympic City. *In*: CARVALHO, Bruno; CAVALCANTI, Mariana; VYJAYANTHI, Rao (org.). **Occupy all streets**. Estados Unidos: Venuturupalli, 2016.
5. AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. **SMH 2016: remoções no Rio olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
6. BIRMAN, Patrícia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. *In*: BIRMAN, Patrícia; CARBEIRO, Sandra; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly (orgs.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p. 163-186.
7. BOGADO, Diana. **O Museu das Remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos**. 2017.

- Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Sevilha, Sevilha, 2017.
8. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On justification**: Economies of worth. Nova Jérsei: Princeton University Press, 2006.
  9. BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
  10. CAILLÉ, Alain; GODBOUT, Jaques. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
  11. CARDOSO, Adauto. **O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
  12. CAVALCANTI, Mariana. Vida e morte do “agrupamento 26”: breve etnografia do Morar Carioca na Barra Olímpica (2011-2013). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 211-235, 2017.
  13. CEFAÏ, Daniel. Qu’est-ce qu’une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, Daniel; ISAC, Joseph. **L’héritage du pragmatisme**: Confl its d’urbanité et épreuves de civisme. Paris: Éditions de l’Aube, 2002. p. 51-82.
  14. CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2 n. 4, p. 11-48, 2009.
  15. CEFAÏ, Daniel; MELO, Marco Antonio; MOTTA, Fábio; VEIGA, Felipe. **Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: EdUFF, 2011.
  16. COCCO, Giusepp; MENDES, Alexandre. **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro. Instituições do comum e resistências urbanas**: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.
  17. CONCEIÇÃO, Wellington. **Minha casa, suas regras, meus projetos**: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
  18. CONSELHO POPULAR. Manifesto do coletivo de moradores do Rio de Janeiro: Conselho Popular, 2017.
  19. COSTA, Maria de Fátima Tardin. Relato de pesquisa: experiências de resistência à remoção em territórios ocupados pela população pobre nas periferias da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 191-228, 2018.
  20. DAS, Veena. **Critical events**: An anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

21. DEWEY, John. O padrão da investigação. *In*: DEWEY, John. **Lógica: a teoria da investigação**. New York: Henry Holt, 1938.
22. EFREM FILHO, Roberto; FARIAS, Juliana; LAGO, Natália. Mães e lutas por justiça: encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 146-180, 2020.
23. FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
24. FARIAS, Juliana. **Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
25. FRANÇA, Paula. Amor de mãe: mobilizando sentimentos e afetos na sustentação de uma denúncia e na reconstrução do cotidiano. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 275-290, 2020.
26. FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In*: FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 297-203.
27. FREIRE, Jussara. **Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
28. GUTIERRES, Anelise. **A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação e Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
29. HOLSTON, James. Autoconstruction in working-class Brazil. **Cultural Anthropology**, Virginia, v. 6, n. 4, p. 447-465, 1991.
30. JASPER, James. **The art of moral protest: Culture, biography, and creativity in social movements**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
31. KOPPER, Moisés. **Arquiteturas da esperança: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo**. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação e, Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
32. KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
33. LEITE, Márcia Pereira. As mães em movimento. *In*: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (org.). **Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

34. MAGALHÃES, Alexandre. **Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
35. MAGALHÃES, Alexandre; PETTI, Daniela. “Nossa casa está condenada”: o recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 10, n.1, p. 257-274, jan./jun. 2018.
36. MIRANDA, Karinna. Os movimentos sociais e a topofilia: motivos para resistir em Vargem Grande/RJ. *In: XIX Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro. **Documento**. Rio de Janeiro, 2018.
37. OLIVEIRA, Nelma. **O poder dos jogos e os jogos de poder**: interesses na produção da cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
38. PETTI, Daniela. Da resistência ao poder: governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 13, n. 2, p. 533-550, 2020a.
39. PETTI, Daniela. **“Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida”**: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020b.
40. ROCHA, Luciane. Maternidad indignada: reflexiones sobre el activismo de las madres negras, y el uso de las emociones en la investigación activista. **Anthropologica**, Lima, año 36, n. 41, p. 35-56, 2018.
41. RIO DE JANEIRO, Prefeitura do. Secretaria xxxx. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2020**: mais solidário e mais humano. Rio de Janeiro, 2017.
42. SILVA, Marcela Münch de Oliveira e. **Vila autódromo, um território em disputa**: a luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

*Daniela Ramos Petti*

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma instituição. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8250-6114>. E-mail: [danielapetti95@gmail.com](mailto:danielapetti95@gmail.com)